

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EL FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	EL FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	ERVIÇO N
	ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/	ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2	ALAGOAS
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA MP	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	FLITOS DO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2018
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	OS
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 EMENDA CO	7, DE 2020
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONA	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONA	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI Nº 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO LEI Nº 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI Nº 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO LEI Nº 3.688	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO LEI Nº 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO LEI Nº 6.259	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS C	DECRETO-LEI	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	OS TERR
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N. 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 100.540 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS EXE
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME	DECRETO N. 100.550 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALIN	BLICO E P
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISS	DECRETO N. 101.094 DE	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMEN	OS DO P
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE	DECRETO N. 10.148 DE	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENACÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCI	S DA ADM
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS E	DECRETO N. 101.743 DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SI	OS DA P
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRC	DECRETO N. 10.513 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173 DE 7 DE JULHO DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE A	O O ESTA
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA	DECRETO N. 105.357 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO A	ILITAR DE
	REGULAMENTA O REAJUSTE DE PREÇOS NOS	DECRETO N. 1.054 DE	REGULAMENTA O REAJUSTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	AL DIRETA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 106.093 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDEREXE
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL	DECRETO N. 10.622 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	EUPESSOM
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BR	DECRETO N. 10.674 DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	AMA NACIO
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAR	DECRETO N. 106.823 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPACÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	AVENIMENTA
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES N	DECRETO N. 10.689 DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO D	REGIONAL
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	PLESCENT
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	TE - CEDO
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOC	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019	DECRETO N. 10.841 DE	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019 QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DIREITOS D
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VERDE	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRAS	DECRETO N. 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELA MEDIDA P	DE 09.08.
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAM	DECRETO N. 10.906 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EX	DECRETO N. 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	ARIAS DO P
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORE	DECRETO N. 10.922 DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	DE LICITAÇ
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAC	DECRETO N. 109.405 DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	ÓRGÃOS E
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALT	DECRETO N. 10.981 DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1	RESO USCO
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CO	DECRETO N. 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	TE DE URCA
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERV	DECRETO N. 10.986 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPRE	DECRETO N. 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BR	COMITÊ D
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021	DECRETO N. 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	MOÇÃO DA
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSA	DECRETO N. 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURS	EDATA 20
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANT	DECRETO N. 10.991 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	ZANTES E
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019	DECRETO N. 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	PARADIS
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENT	DECRETO N. 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM	
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000	DECRETO N. 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	SERVIÇOS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613, DE 03.03.1998, PARA ESTAB	DECRETO N. 11.008, DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613, DE 03.03.1998, PARA ESTAB	
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DECRETO N. 11.040, DE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	
	COMITÊ DE MEDIACÃO DE CONELITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054, DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIACÃO DE CONELITOS AGRÁRIOS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	DECRETO N. 11.079, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N. 11.080, DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.089, DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	DECRETO N. 11.106, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DECRETO N. 11.107, DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLI	DECRETO N. 11.123, DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLI	
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01.08.2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	DECRETO N. 11.129, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01.08.2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DECRETO N. 11.130, DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	
	FIANDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FESPE)	DECRETO N. 11.225, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012, D	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO	DECRETO N. 11.226, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO	
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	DECRETO N. 11.431, DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007, PARA ESTABELECE	DECRETO N. 11.436, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007, PARA ESTABELECE	
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162, DE 14.02.2023, QUE DISPÕE	DECRETO N. 11.439, DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162, DE 14.02.2023, QUE DISPÕE	
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	DECRETO N. 11.440, DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DECRETO N. 11.479, DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO N. 11.480, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DECRETO N. 11.481, DE	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	DECRETO N. 11.482, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	DECRETO N. 11.483, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	DECRETO N. 11.484, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE	DECRETO N. 11.485, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL UNI	DECRETO N. 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL UNI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA R	DECRETO N. 11.491, DE	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA R	VA DO BR
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINIST	DECRETO N. 11.514, DE	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	MINISTROS
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	DECRETO N. 11.611, DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 11.615, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABE	OCORRIME
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIO	DECRETO N. 11.722, DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SE	ERNANÇA.
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECI	DECRETO N. 11.820, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	ONAL DE A
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821, DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	DEQUANTIA
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGU	DECRETO N. 11.822, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831, DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EX	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA J	DECRETO N. 11.833, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SET	DECRETO N. 11.880, DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE S	PÚBLICO
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO	DECRETO N. 11.881, DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	MINISTROS
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO A	DECRETO N. 11.947, DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DECRETO N. 12.064, DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.601	E 2023, E D
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E	DECRETO N. 12.154, DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO	DECRETO N. 12.338, DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVI	024.
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 12.341, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLI	DELEI
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358, DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROEES	
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE P	DECRETO N. 12.373, DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA ELINDAÇÃO NACION	ENAS.
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QU	DECRETO N. 12.540, DE	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CA	A EDAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO	AL E PARA
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406, DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424, DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	FORMAÇÃO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR	ES".
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI O REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂ	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSI	
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	RIA DE ES
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAC	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRE	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DIS	SSÃO DE
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787 DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382 DE 11 DE MAIO DE 2000	E A ACUMU
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126, de 8.4.2009.)	
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	DA DEFEI
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRI	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	LESCENTE
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 19.033 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	AGOAS.
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785 DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O	ANÇA PÚBLI
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOC	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE	DECRETO N. 23.086 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2012 QUE R	ESTADUA
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONC	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	PÚBLICO À
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS	DECRETO N. 2.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	LITAR E DO
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDA	DECRETO N. 23.617 DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE	OBRE A CO
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 24.129 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	27 DE JUL
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURS	TO DA SE
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUM	S AUTORID
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIO	DECRETO N. 24.647 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	GOAS - FO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012 QUE ESTABELECE O REGIME DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM QUE MENCIONA	DECRETO N.º 25.212 DE 25.04.12	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012 QUE ESTABELECE O REGIME DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM QUE MENCIONA	ASPAS/CA
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	DECRETO N.º 25.649 DE 26.03.12	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI Nº 18.11.2007	ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENORES DE 18 ANOS)	DECRETO N.º 27.039 DE 28.07.12	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012 QUE PROÍBE A BEBIDA ALCOÓLICA PARA MENORES DE 18 ANOS	CONTRA A
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMÉSTICA	DECRETO N.º 28.407 DE 28.07.12	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMÉSTICA	CONTRA A
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMÉSTICA	DECRETO N.º 28.537 DE 29.07.12	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMÉSTICA	CONTRA A
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2012	DECRETO N.º 29.258 DE 29.07.12	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2012	REUNION
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	DECRETO N.º 29.273 DE 29.07.12	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	8.666, DE 2
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO N.º 29.342 DE 30.01.12	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DO LEI Nº 8.666, DE 21 DE SETEMBRO DE 1993	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIMENTAÇÃO)	DECRETO N.º 30.018 DE 30.01.12	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	TARES DO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIMENTAÇÃO)	DECRETO N.º 30.019 DE 30.01.12	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AOS SERVIDORES PÚBLICOS	TIPO DE
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N.º 31.762 DE 31.07.12	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	TIPO DE
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DE DIREITO	DECRETO N.º 33.182 DE 33.07.12	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DE DIREITO	TIPO DE
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N.º 33.328 DE 33.07.12	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	TIPO DE
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE	DECRETO N.º 33.861 DE 33.07.12	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	TIPO DE
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS	DECRETO N.º 33.870 DE 34.08.12	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	TIPO DE
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	DECRETO N.º 34.899 DE 35.01.12	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TIPO DE
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	DECRETO N.º 35.142 DE 35.01.12	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE INSTITUI O SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO	TIPO DE
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N.º 35.545 DE 35.07.12	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	TIPO DE
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N.º 35.566 DE 35.07.12	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	TIPO DE
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA PÚBLICA)	DECRETO N.º 35.707 DE 35.07.12	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	TIPO DE
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO N.º 35.718 DE 35.07.12	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	TIPO DE
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N.º 37.000 DE 37.11.12	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	TIPO DE
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NÚMERO DE DIÁRIAS	DECRETO N.º 37.119 DE 37.11.12	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NÚMERO DE DIÁRIAS	TIPO DE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N.º 37.143 DE 18.3.1997 (ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NÚMERO DE DIÁRIAS)	DECRETO N.º 37.143 DE 37.11.12	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N.º 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NÚMERO DE DIÁRIAS)	TIPO DE
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRAÇAS)	DECRETO N.º 37.372 DE 37.11.12	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MOVIMENTAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS	TIPO DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIVO)	DECRETO N. 37.609 DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DO PODER
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611 DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOPTA	NCIAS.
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DECRETO N. 37.615 DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DO ESTADO
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIVO)	DECRETO N. 37.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609 DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DISPÕE	NIZAÇÃO,
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	DECRETO N. 40.183 DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTAL DE ACESSO	DECRETO N. 4.049 DE	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTAL DE ACESSO	ÀS CONSP
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVAMENTO	DECRETO N. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE	AL DE AR
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	DECRETO N. 4.076 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	TIVO E DÁ
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	DECRETO N. 4.077 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	À OUTRAS
	criação do Boletim de Ocorrência (B.O.) da Polícia Militar	DECRETO N. 407 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA POLÍCIA MILITAR	S E ADOTA
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	ARIA DO E
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N. 40 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	ÇÕES E E
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	O, E DÁ O
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	DECRETO N. 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	P, DE QUE
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR	EVOLUTIVA
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 41.375 DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA MILITAR	POLÍCIA MI
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO DE 1974	DECRETO N. 4.140 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO DE 1974	LEGISLAÇÃO
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZULMIR	S AUTORID
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 4.221 DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	ANHIA DE
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	OVADOS P
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PREVIDÊNCIA	ESTADUAL
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02.12.1974	DECRETO N. 4.292 DE	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02.12.1974	SABEREMO
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ESTADUAL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948 DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO E	S Maj. BM M
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTR	ESTALACÓ
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	QUITORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXEC	DECRETO N. 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	20 AGOSTO
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A C	DECRETO N. 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	PARA PSÓ
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982	DECRETO N. 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	DA ATIVA
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE N	DECRETO N. 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ PE	DEZEMBRO
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEF	AGOAS, E
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MON	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉRITOS E PARCE	ENCIÁRIOS
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	STADO DE
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REG	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	DO DE ALAG
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO RONDA NO BAIRRO	DECRETO N. 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO	DO DE ALAG
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORM	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEL COMO SISTEMA OF	MENTO DO
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	DECRETO N. 58.689 DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGOAS
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	DECRETO N. 5.879 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS	DETRAN/A
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL. PREVIDÊNC	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL. PREVIDÊNCIA	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL. PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PR	
	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES A	DECRETO N. 6.514 DE	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	OPESSE
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	QUITORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL"	
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTE	DECRETO N. 68.852 DE	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME	BOARDA
	criação e funcionamento do gabinete d	DECRETO N. 69.463 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA - G
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.502 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.527 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.529 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS D	DECRETO N. 69.530 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE A	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFI	RA ENFRE
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	IRO DE 20
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D	SAÚDE PÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLIC	DECRETO N. 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECI	
	CRIA APP EM IMÓVEL DO RPMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396 DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO D	ONTADO D
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E	DECRETO N. 71.174 DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVICOS DE INEORMÁTICA E A	DMINISTRA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE	DECRETO N. 71.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	ADUAL N
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO PLANO	DECRETO N. 73.790 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME PLA	ENTO SOC
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE	DECRETO N. 74.007 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	ALACONDI
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORM	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	RUPMAL, E
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO N. 74.341 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.665 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONEORME O E	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.696 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O E	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.743 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.760 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME, O	AMENTO S

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 75.824 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 75.861 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 75.953 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 76.147 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 76.263 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO, S
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE	DECRETO N. 76.651 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE	AMA BOLS
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 76.819 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS E
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATA	DECRETO N. 7.845 DE	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA	NFORMAÇ
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014 QUE R	DECRETO N. 83.069 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014 QUE R	DETOBIA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QU	DECRETO N. 83.070 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QU	SOMENSA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QU	DECRETO N. 83.071 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QU	ONCEISA
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	DECRETO N. 83.887 DE	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	AL DA ALA
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 86.020 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS E
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADE	DECRETO N. 8.700 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORI	NA, E DA
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS	DECRETO N. 8.771 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS	AS DE DE
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	DECRETO N. 88.653 DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	RESUNSA
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO REDAÇÃO	DECRETO N. 9.191 DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO REDAÇÃO	INDICAÇ
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	TRAS PRO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	DECRETO N. 9.359 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	RETOCOM
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912 QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	DECRETO N. 94.872 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912 QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	SINEROLH
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11-06-2018 PARA F	DECRETO N. 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11-06-2018 PARA F	MASOEST
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 95.021 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOS E
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	DECRETO N. 95.022 DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	INSAUMOM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME	DECRETO N. 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO	DECRETO N. 95.480 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 95.540 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014 QUE R	
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE	DECRETO N. 95.600 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE 16 DE JUNHO DE 2023 QUE DIS	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SIS	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PE	DECRETO N. 9.579 DE	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDER	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTA	DECRETO N. 9.607 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	
	REGULAMENTA A LEI N. 10.826 DE 22.12.2003	DECRETO N. 9.847 DE	REGULAMENTA A LEI N. 10.826 DE 22.12.2003 PARA DISPOR SOBRE A AQUISI	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 98.836 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRO	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25 DE JUNH	DECRETO N. 9.981 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25.06.2019 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E	
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENF	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 4.550 DE 27.12.2002 QUE REGULAMENTA A COMERC	
	ALTERA O DRECRETO N. 8.033 DE 27.06.2013	DECRETO Nº	ALTERA O DRECRETO N. 8.033 DE 27.06.2013 QUE REGULAMENTA O DISPOS	
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITA	
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRAS	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PR	
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997 QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018 E O DECRETO Nº 10.153 DE 03	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍ	
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOV	DECRETO Nº	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI	
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA M	DECRETO Nº	ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MIL	DECRETO Nº	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A A	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 2.081 DE	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.081 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008 QUE ESTABELE	
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV	
	criação do Comitê de Gerenciamento d	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VE	DECRETO Nº	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	DECRETO Nº 1.000	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 1.001	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.002	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.003	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.004	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.005	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.006	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO	DECRETO Nº 1.007	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.008	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.009	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.010	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.011	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.012	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.013	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010 A FIM DE ADQUIRIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO	DECRETO Nº 1.014	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010 A FIM DE ADQUIRIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.015	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020 QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.016	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020 QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.017	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.018	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.019	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.020	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.023	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 1.024	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOPTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O COMBATE À COVID-19	DECRETO Nº 1.025	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOPTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O COMBATE À COVID-19	
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE REGULEM A ATIVIDADE DE INTERESSE PÚBLICO	DECRETO Nº 1.026	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE REGULEM A ATIVIDADE DE INTERESSE PÚBLICO	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº 1.027	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	
	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 101/2019	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER O ATO DE INTERESSE PÚBLICO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	EMENDA CONSTITUCIONAL	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	FAVOREÇA
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	ABELECE
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SEACPRO
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, § 8º E 9º DO ARTIGO 244, E CRIA O	EMENDA CONSTITUCIONAL	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, § 8º E 9º DO ARTIGO 244, E CRIA O	ADNOZAE
	ALTERA O INCISO XXIV DO ART. 49 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ALTERA O INCISO XXIV DO ART. 49 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ACRESCENTANDO	DAS DISPO
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	STANDER
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	FORMULÁRIO	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	DEACODEM
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO DE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO DE	SAMPRECH
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	SLDAPESQ
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI COMPLEMENTAR	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	ÃO FISCAL
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI COMPLEMENTAR	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	LEI COMPLEMENTAR	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	ENTRADA
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE ABRIL DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE ABRIL DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O	ADÓSBEN
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMENTAR	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	IXA O LIM
	CRIA, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, A CÂMARA DE PREVENÇÃO E REFORMA	LEI COMPLEMENTAR	CRIA, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, A CÂMARA DE PREVENÇÃO E REFORMA	POCURADE
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI COMPLEMENTAR	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	ADO DE A
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44, DE 13 DE JUNHO DE 2017, E 45, DE 14 DE	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44, DE 13 DE JUNHO DE 2017, E 45, DE 14 DE	DEFARMBS
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	A GESTOR
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 23 DE	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 23 DE	4, DE 26 D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI COMPLEMENTAR	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	CONSEMP
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 23 DE	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 23 DE	DE 26 DE
	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O REGIME DE PREVIDÊNCIA	LEI COMPLEMENTAR	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O REGIME DE PREVIDÊNCIA	NOVAÊN(C
	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O REGIME DE PREVIDÊNCIA	LEI COMPLEMENTAR	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O REGIME DE PREVIDÊNCIA	NOVAÊN(C
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7, DE 18 DE JUNHO DE 2017, QUE	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7, DE 18 DE JUNHO DE 2017, QUE	SDOUIPAGE
	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, O REGIME DE PREVIDÊNCIA	LEI COMPLEMENTAR	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, O REGIME DE PREVIDÊNCIA	MPENSA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO,	LEI COMPLEMEN	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDA	ORMEDE
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO P	LEI DELEGADA	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGO	OVIDÊNCI
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURAN	E SUAS CO
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	E DÁ OUT
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINIS	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	E DÁ OUT
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DO DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DO DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DO DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30.12.2022, QUE INSTITUI	QUADRO D
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DO DE POE
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZ	LEI DELEGADA	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	QUADRO D
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DO DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 4	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DO DE POE
	INSTITUI E DEEINE AS DIRETRIZES PARA A PO	LEI N. 10.005, DE	INSTITUI E DEEINE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	EVASÃO
	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE	LEI N. 10.009, DE	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	AR PREVE
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DES	LEI N. 10.011, DE	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTO	EXATOS E
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO	LEI N. 10.012, DE	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	OUTRAS
	CRIA O ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE	LEI N. 10.015, DE	CRIA O ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO NAS DELEG	AS EM AT
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIR	LEI N. 10.022, DE	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	EM ATIVID
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO D	LEI N. 10.023, DE	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, - DISPÕE SOBRE OS CR	ÇÕES QUE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIS	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	DIRETAM
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	LEI N. 10.026, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025, -	RIAÇÃO DO
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDAN	LEI N. 10.027, DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CO	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	E DÍVIDA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TE	LEI N. 10.030, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA AR	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA	LEI N. 10.035, DE	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVICOS ADMINISTRATIV	PLÓDE MD
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATO	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	ANDRE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO - PAPE NC	O DE ALAG
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍM	LEI N. 10.042, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	DÁ OUTRA
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTECÃ	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	ESCENTES
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	AS PESSO
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 4.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TR	LEI N. 10.231, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	INSPORDE
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECE	IS DA POL
	UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	TIÇA FEDE
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 10.693, 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PES	O DA JUST
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COME	LEI N. 10.826, DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	RE O SIN
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CR	CORRÂNCA
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, 23.09.1997, QUE	DE TRÂN
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	SITO BRAS
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PA	LEI N. 11.340, 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉS	NTRA A MU
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	MEDIDAS F
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONST	LEI N. 11.350, 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APR	ASSOMADA
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ON SERVA
		LEI N. 11.530, DE		
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA PO	LEI N. 11.705, 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	Nº 9.294,

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
		LEI N. 11.707, DE 22.9.2008		
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER JUDICIÁRIO	LEI N. 11.784, DE 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER JUDICIÁRIO	SEGURANÇA DE TRABALHO
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 11.904, DE 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	PE.
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DE CARRANHAO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS	LEI N. 11.910, DE 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	FIRO, PARA O TRANSPORTE DE CARGAS
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENSAGENS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVA	LEI N. 12.006, DE 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	SILEIRO, PARA O TRANSPORTE DE CARGAS
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	LEI N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DE CARRANHAO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS	LEI N. 12.063, DE 21.3.2012	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DE CARRANHAO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS	DE CARGAS
	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS	LEI N. 12.127, DE 11.6.2010	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS	
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	LEI N. 12.249, DE 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, DE 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716, DE 5.9.1988, E 7.719, DE 13.04.1995	13.04.1995
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA	LEI N. 12.468, DE 20.7.2010	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA - ALTERA A LEI Nº 6.094, DE 30. DE ABRIL DE 1976	Á OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	LEI N. 12.587, DE 21.3.2012	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA - REVOGA A LEI Nº 12.587, DE 21.3.2012	5.05.2012
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E O SERVIÇO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	LEI N. 12.598, DE 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E O SERVIÇO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	TO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, DE 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DAS FORÇAS ARMADAS	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DAS FORÇAS ARMADAS	SEGURANÇA DE TRABALHO
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE	LEI N. 12.687, DE 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116, DE 29.08.1983, PARA TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE	TEIRA DE IDENTIDADE
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE CARREIRAS	LEI N. 12.705, DE 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE CARREIRAS	CARREIRAS
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEI N. 12.760, DE 21.3.2012	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEI SECA.
		LEI N. 12.764, DE 21.3.2012		
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	LEI N. 12.815, DE 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS	LEI N. 12.846, DE 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS	ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 12.852, DE 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DE VEÍCULOS	LEI N. 12.965, DE 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DE VEÍCULOS	SIL - MARCO LEGISLATIVO
	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990, (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990, (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	RECEBIMENTO DE CARGAS
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	LEI N. 13.060, DE 2.03.2015	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	SEGURANÇA DE TRABALHO
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA	LEI N. 13.103, DE 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA; ALTERA A CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO	S DO TRABALHO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TE	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA; ALTERA A CON	S DO TRAB
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA	LEI N. 13.104, 9.3.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFICI
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995, E LEI Nº 4	CÓDIGO DE
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIM	LEI N. 13.243, 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	ENTRADA
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A	07.2015 - P
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURAN	TRAS PRO
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112, DE	LEI N. 13.370, 28.3.2017	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112, DE 11.12.1990, PARA ESTENDER O	ESPECIAE
	ALTERA AS LEIS Nºs 5.785, DE 23.06.1972, LEI	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS Nºs 5.785, DE 23.06.1972, LEI Nº 9.612, DE 19.02.1998, LEI Nº 4	SONDEBES
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	S PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIBUNANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRA	LEI N. 13.495, 28.8.2017	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO	RESSAUM
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAM	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAM	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NOÇÃO DE
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOA	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADM	LEI N. 13.726, 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES D	CE, LIO DE
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, 11.6.2018	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ENSP) E SOB	O PRODUT
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.772, 11.6.2018	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO-LEI	940 (CÓDI
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRM	LEI N. 13.800, 4.1.2019	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	ES DE AUT
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	OBNAE DE
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.827, 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ	QUE ESPE
	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 13.831, 17.5.2019	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	DE MIRAÇ
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE	LEI N. 13.853, 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	SOPESÇA
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE; ALTERA A LEI Nº 7.96	RO DE 19

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	DISCÃO E
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	LEI N. 13.954, 08.08.2020	ALTERA A LEI Nº 6.880 DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES) A LEI Nº 3.708 DE 19.06.1966 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	LEI Nº 4.3
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 13.964, 08.08.2020	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO COVID-19	LEI N. 13.979, 06.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	PORTANC
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS, HIGIENIZANTES E MATERIAIS DE USO MÉDICO	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO COVID-19	S-COV-2).
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, HIGIENIZANTES E MATERIAIS DE USO MÉDICO	WIBSINES
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM O GOVERNO	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECRETO-LEI Nº 24.641 DE 28.06.1946 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	46, PARA D
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.063, 08.08.2020	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM O GOVERNO	EM A BOB
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.064, 29.9.2020	ALTERA A LEI Nº 9.605 DE 12.02.1998 PARA AUMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE ESTUPRO	S-TRATOS
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.069, 1.10.2020	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.071, 08.08.2020	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	IMPOSIÇÃO
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.075, 08.08.2020	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	2.04.2020,
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.110, 08.08.2020	ALTERA O ART. 339 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	EDAÇÃO A
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO DO CRIME DE ESTUPRO	MENTO AO
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.132, 31.3.2021	ACRESCENTA O ART. 147-A AO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	ER O CRIM
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.133, 1.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560 DE 29.12.1992 PARA PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PAZ	STE DE PAVE
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	BA CAMES
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.155, 27.5.2021	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) PARA TORNAR CRIMES DE VIOLACÃO DE DISPOSITIVO INEOP	CRIMES DE
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.163, 9.6.2021	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017 QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ENFERMEIRO	ULANTE D
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.214, 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	ÁS 30 DE
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.228, 08.08.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.230, 08.08.2020	ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992 QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULARIDADE DO CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.231, 08.08.2020	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992 QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	ÚDE DA F

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E I	LEI N. 14.232, DE 12.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	A AS MUL
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E	LEI N. 14.237, DE 12.2021	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.7	
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNC	LEI N. 14.238, DE 12.2021	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ALTERA OS DECRETOS, LEIS NºS 2.848 DE 07	LEI N. 14.245, DE 12.2021	ALTERA OS DECRETOS, LEIS NºS 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.68	ILCO DESP
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEG	LEI N. 14.254, DE 7.12.2021	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DI	RO DO OT
	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021 QUE DI	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021 QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	ÇÃO DE B
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA R	LEI N. 14.260, DE 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	INVESTAM
	CRIA O MISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊN	LEI N. 14.261, DE 8.12.2021	CRIA O MISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE 8.12.2021	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E O P	LEI N. 14.284, DE 3.1.2022	INSTITUI O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S	LEI N. 14.289, DE 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINHIECO
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DO	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS) PARA D	AGANDA
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI	EDIAÇÃO DE
	ALTERA A LEI Nº 14.151 DE 12.05.2021 PARA I	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151 DE 12.05.2021 PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	CAOORON
	ALTERA A LEI Nº 13.869 DE 05.09.2019 PARA T	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869 DE 05.09.2019 PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNC	
	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI AN	LEI N. 14.322, DE 6.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS) PARA EXCLUIR A P	RTILIZAÇÃO
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS	LEI N. 14.323, DE 12.4.2022	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	ÉROE DAIA
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NA	LEI N. 14.324, DE 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	VIAMENAO
	ALTERA A LEI Nº 14.113 DE 25.12.2020 PARA I	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113 DE 25.12.2020 PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	COORDEN
	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE	DESAUSSES
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, DE 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇ	ARRESEAO
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIO	LEI N. 14.328, DE 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER E	ÇO. Inst
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONA	LEI N. 14.329, DE 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	ALTERA A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA I	LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE	REMENTEN
	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991 PARA D	DENAO DE
	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURS	LEI N. 14.332, DE 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICE	IA SOCIAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI N.º 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO)	LEI N. 14.333, 4.5.2022	ALTERA A LEI N.º 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO)	POSSIBILIZA
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS E ANTRÓPICOS	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS E ANTRÓPICOS	S DE MISE
	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INTEGRAL À PREVENÇÃO	LEI N. 14.335, 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INTEGRAL À PREVENÇÃO	A PREVENI
	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	LEI N. 14.338, 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	
	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS	LEI N. 14.340, 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS	ACRIAR
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTERA	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTERA	DE 16.03.20
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	RASIL, DE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	NACIONAL
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117, DE 27	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117, DE 27	BRASIL, E
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	ALTERA A LEI Nº 12.232, DE 29.04.2010, PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕES	LEI N. 14.356, 31.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.232, DE 29.04.2010, PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕES	ESSONARIA
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	ALTERA A LEI Nº 10.048, DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	LEI N. 14.364, 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048, DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	ESQUECE
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	RTAS ABE
	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO	LEI N. 14.386, 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO	DE CRIAN
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540, D	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540, D	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EMISSÃO DE LARIOP	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EMISSÃO DE LARIOP	
	ALTERA A LEI Nº 10.406, DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	LEI N. 14.405, 11.7.2022	ALTERA A LEI Nº 10.406, DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	OS DÚCIO
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675, DE 11.06.2018, QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675, DE 11.06.2018, QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	DA QUE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI DE D
	ALTERA AS LEIS Nºs 7.116, DE 29.08.1983, 9.454, DE 07.04.1997, 13.444, DE 11.05	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nºs 7.116, DE 29.08.1983, 9.454, DE 07.04.1997, 13.444, DE 11.05	A BOMBA
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	LEI N. 14.536, 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	INTE
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	QU
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	LEI N. 14.540, 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	QU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGAC	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGAC	DE ATEN

Secção de Informática

[illegible]

Secção de Informática

ZABERDEN
 NISTRAÇÃO
 EÓFASÃO
 RITÓRESS
 EITR(1)02
 WEXAÇÃO
 SUGRAVÃO
 2024 E DÁ
 POLÉTIKON
 ãÓDORS
 AÇÃO DE F
 YBRIM AMB
 JENDEBLIZ
 GEPOROM
 SANESPDO
 ESTEINFOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA DO BELPELÉ	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO BELPELÉ	
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE)	LEI N. 14.911, 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE)	LEI DE IN
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 14.912, 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	DE AISEC
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI N. 14.913, 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	ANTES, PA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO EMOLOGISTA E DO EMOLOGISTA	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO EMOLOGISTA E DO EMOLOGISTA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	LEI N. 14.921, 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	SSA TERN
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO EMOLOGISTA	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO EMOLOGISTA	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E	LEI N. 14.952, 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E	PRACORA
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.069, DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR	PCASOSOS
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	LEI N. 15.100, 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	ESOMASNO
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS	LEI N. 15.116, 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS	DOMÉSTICO
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACESSADA	LEI N. 15.117, 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACESSADA	DE DOEN
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	LEI N. 15.123, 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	DEFEITOAL
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 15.125, 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	DEFEITOAL
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 15.126, 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	DEFEITOAL
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	DEFEITOAL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	DEFEITOAL
	ALTERAR CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBAIS	LEI N. 15.160, 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO	DEFEITOAL
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIRURGIA	LEI N. 15.171, 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797, DE 6 DE MAIO DE 1999, E A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO	DEFEITOAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABA	LEI N. 15.175, 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794, DE 8 DE OUTUBRO	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008, E 6.360, DE 23 DE SE	
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	
	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O	LEI N. 15.234, 7.10.2025	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DE	LEI N. 15.245, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, PA	LEI N. 15.272, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (CÓDIGO DE PR	
	ALTERA O CÓDIGO PENAL, PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, 5.12.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 19	LEI N. 15.295, DE	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), E	
	ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO	LEI N. 15.306, DE	ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	
	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO D	LEI N. 15.336, 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	
	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE	LEI N. 15.352, DE	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ALTER	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DE	LEI N. 15.353, 8.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO	LEI N. 15.358, DE	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INS	LEI N. 15.371, DE	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.380, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E CO	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A	
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340, DE 7 DE AGOSTO	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA),	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.384, 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA	LEI N. 15.392, DE	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DE	LEI N. 15.397, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁ	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSIST	LEI N. 2.509, 4.12.1962	CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ES	
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCI	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 3.541, DE 1976	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	RAS PROV
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE 1976	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNERPOL - E DÁ	CIAS. (Rev
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE 1976	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, DE 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PRO	LEI N. 3.791, DE 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO	LEI N. 3.846, DE 1977	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93 DA L	TARE, SDE
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE 1977	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO	LEI N. 4.117, DE 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PRO	LEI N. 4.125, DE 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI	LEI N. 4.170, DE 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980 E REVOC	CONTRÁF
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI	LEI N. 4.171, DE 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVOC	CONTRÁF
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE 1977	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	U O FUND
	FIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA	LEI N. 4.179, DE 1977	FIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO O	DE JUSTI
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE 1977	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMB	OS, DÁ NO
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20	LEI N. 4.200, DE 1977	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20.12.1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊ	
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE O	LEI N. 4.212, DE 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.5	ABRIL DE
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PRO	LEI N. 4.214, DE 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	N.
	CONSELHO DE JUSTIÇA NA PMAL	LEI N. 4.218, DE 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIÇA NA POLÍCIA MILITAR DO EST	DÁ OUTRA
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINAN	LEI N. 4.320, DE 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	VENIOSE E
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIO	LEI N. 4.330, DE 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊ	CLASSES D
	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	LEI N. 4.333, DE 13.4.1982	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORR	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFIC	LÍCIA MILI
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFET	LEI N. 4.350, DE 17.5.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCI	GISLATIVO
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, DE 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO EST	LEI N. 4.420, DE 1977	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ART	LEI N. 4.422, DE 1977	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS	98, DE 13.0

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENT	OS INSTIT
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO PR	LEI N. 4.517, DE 30.5.1984	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS	RVIDORES
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, DE 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕ	LEI N. 4.789, DE 19.6.1986	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	INATIVOS
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL M	O ART. 32 D
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.868, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517 DE 30 D	publicada em
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU	LEI N. 4.922, DE 17.7.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA "C&	NS 3.696 (C
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENT	LEI N. 4.956, DE	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID	de 16.12.19
	ENSINO, PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, DE 11.5.1988	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982· ACRE	AO INCIS
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.994, DE 7.6.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PRO	ta em 8.6.1
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 5.009, DE 7.7.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicar	ogada pela
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.030, DE 2.12.1988	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	GRATIFICAÇÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIFICAÇÕES E	RUÇÃO. (P
	ESTATUTO PESSOAL, REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696 DE 2	1976, DA L
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, DE 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLD E VE	LEI N. 5.130, DE 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421 DE 20 DE DEZEN	DE 16 DE
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRAT	LEI N. 5.138, DE 29.5.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	MILITARES
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, DE 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUA	LEI N. 5.151, DE 18.9.1990	EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILIT	CIAS CORP
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRAT	LEI N. 5.152, DE 18.9.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	LITARES E
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLD	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	TIVO E DO
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLD E VE	LEI N. 5.207, DE 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130 DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUT	
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS AD	LEI N. 5.237, DE 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊ	;
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, DE 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO E	AS AUT

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EIXAÇÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.285, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO	E DÁ OUT
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ADOTA PR
	EIXAÇÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE EIXA O FEETIVO DA	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊN
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	SERVICO DE IDENTIFICACÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVICO DE IDENTIFICACÃO	MILITAR SI
	EIXAÇÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.476, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	evogada pe
	APRESENTACÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICACÃO	LEI N. 5.553, 6.12.1968	DISPÕE SOBRE A APRESENTACÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICACÃO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROVENTOS)	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REALISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	ARES DA
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	LEI N. 5.626, 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	ESSO DA
	DOACÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOACÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS COM	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 5.680, 8.2.1995	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	RAL DA PO
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332 DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OUTRAS	AS.
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUTRAS	S. (Em dec
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADOS	AR E CORP
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE	
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS MEDIANTE	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS MEDIANTE	RINOE NO
	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA	LEI N. 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA	STRADONOR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADOTA	ÊNCIAS.
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO	LEI N. 5.819, 1.3.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO	E ASSISTI
	DISPÕE SOBRE AS PROMOCÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOCÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	ROVIDÊN
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBTERRÂNEOS	ITOS DA P
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	ALTERA A REDACÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	ANZAÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541	LEI N. 5.883, DE 29.12.1975	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975	LEI Nº 3.541
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, DE 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICIAL	PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES	LEI N. 5.900, DE 31.7.1997	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE	SUBRELEVAÇÃO
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, DE 31.7.1997	ALTERA A REDACÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1975	PELA LEI 5.346
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, DE 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE 23.4.1998	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS)	LEI N. 6.009, DE 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	PROVIDÊNCIAS.
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, DE 2.7.1998	ASSEGURA NA FORMA QUE ESTIPULA A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA	LEI N. 6.050, DE 2.7.1998	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	PROVIDÊNCIAS
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE 22.9.1999	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ESTADO	PROVIDÊNCIAS
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	PROVIDÊNCIAS
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR	LEI N. 6.120, DE 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	PROVIDÊNCIAS
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, DE 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5.346	PROVIDÊNCIAS
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, DE 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA PERTENCENTES AO ESTADO	PROVIDÊNCIAS
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, DE 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDÊNCIAS
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, DE 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	PROVIDÊNCIAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 6.179, DE 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 6.210, DE 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGUARAM AOS CAROS	PROVIDÊNCIAS
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.230, DE 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNCIAS
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, DE 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	PROVIDÊNCIAS
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, DE 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDACÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1975	PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, DE 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	LEI N. 6.259, DE 5.10.2001	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	PROVIDÊNCIAS
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA)	LEI N. 6.274, DE 5.10.2001	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1975	PROVIDÊNCIAS
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI N. 6.288, DE 28.3.2002	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	PROVIDÊNCIAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL N.º 5.346 DE 1992, E DÁ O	
	QUADRO DE PESSOAL (QOA - OOE)	LEI N. 6.333, 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI ESTADUAL N.º 5.346 DE 1992, E DÁ O	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO - SUBSÍDIO)	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.399, 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978, QUE INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI N. 6.417, 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVIÇOS DE POLÍCIA	LEI N. 6.442, 14.7.2004	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVIÇOS DE POLÍCIA	
	SERVICO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E SARGENTO)	LEI N. 6.451, 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO - DEEIM)	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS	
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 14.7.2004	LEI N. 6.502, 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARGAS	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARGAS DE OFICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 2003	LEI N. 6.543, 15.8.2004	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 2003, QUE INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES	LEI N. 6.544, 15.8.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS E SARGENTOS	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, 15.8.2004	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL - SAÚDE E EXTENSÃO)	LEI N. 6.584, 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	PREVIDÊNCIA (DEEIM - O GESTOR DO RPPS)	LEI N. 6.585, 29.3.2005	DEEIM - O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REAJUSTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS	
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS	LEI N. 6.623, 15.8.2005	CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS	
	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMT) E DE	LEI N. 6.635, 15.8.2005	REAJUSTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DO JUDICIÁRIO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROVIMENTO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE	LEI N. 6.651, DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469 DE 19 DE ABRIL DE	
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE	LEI N. 6.674, DE 4.1.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE	LEI N. 6.682, DE 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, DE 27.3.2006	EIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, DE 4.4.2006	EIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT. E DÁ OUT	
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, DE 14.2.2007	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, DE 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, DE 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIM	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO A	LEI N. 6.824, DE 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A EIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO D	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, DE 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 6.895, DE	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL A 29ª VARA CÍVEL DA CA	
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, DE 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007, QUE AUTORIZA A	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO ME	LEI N. 6.938, DE 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MEC	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO E	LEI N. 6.971, DE 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTUR	LEI N. 7.054, DE 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO	
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, DE 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REG	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, DE 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - INOV	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INO	
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDACÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 19	
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO	LEI N. 7.131, DE 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE, TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚ	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS	LEI N. 7.134, 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM ESTABELECIMENTOS	LEI N. 7.173, 7.7.2010	EICA PROIBIDA EM TODO ESTADO DE ALAGOAS A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS	TRES, DO
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS HOSPITAIS E INSTITUTOS	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTITUTOS	SIONES CA
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES	AS PROVID
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO DE CAÇA	LEI N. 7.203, 22.6.2011	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE EXERCITAM	NHO DE M
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MILITARES)	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MILITARES	S E MILIT
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, 22.6.2011	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	ÇÃO EXC
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES	LEI N. 7.313, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES	LEGISLA
	PROIBIÇÃO DA VENDA DE BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENORES DE 18 ANOS)	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA OFERTA E FORNECIMENTO ENTREGUE	CONSUMO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSCritos)	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSCritos	ACITAÇÃO
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	STÓRICO,
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MILITARES	LEI N. 7.358, 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MBEIROS M
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVID
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS)	LEI N. 7.389, 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FATURA	FÔNICOS,
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE VEÍCULOS)	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	ONCESSÃO
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL	DO ESTAD
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 7.469, 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE	DE SERVID
	REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MILITARES	LEI N. 7.474, 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MILITARES	S E MILIT
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO REGISTRO	LEI N. 7.522, 22.5.2013	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO REGISTRO	AGEM LO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE VEÍCULOS)	LEI N. 7.550, 22.5.2013	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	ROS MILIT
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIÇO VOLUNTÁRIO)	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POLÍCIA	ORPO DE
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	LEI N. 7.599, 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	ACÃOISTO
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	TIVA DA P
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	IGO, DA L
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 7.727, 18.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	Blicos D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA)	LEI N. 7.751, 9.10.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	SEUACOR
	CULTURA (DIA DO MÚSICO ALAGOANO)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DO MÚSICO ALAGOANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SERVIDOR
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO)	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO)	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO)	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019 NOS	6, § 1º, DA
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016)	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.	DE 2016.
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA “ESCOLA LIVRE”	zada pelo C
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL (POLÍTICA ESTADUAL)	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTAL)	LEI N. 7.805, 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTAL	UAL DE 20
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE)	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTRADA EM EVENTOS	CULTURAIS
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 1.000/2014	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 1.000/2014	GRUPNO
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA CATEGORIA DE MAGISTRO	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA CATEGORIA DE MAGISTRO	TOCASSU
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	LEI N. 7.855, 17.11.2016	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ATUALIZA OS VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	FIDESENVA
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	LEI N. 7.858, 17.11.2016	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	ADORETA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	LEI N. 7.884, 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	DESENMO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	QEFENDE
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INTENSIVOS	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INTENSIVOS	SSORQU
	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 14 DE ABRIL DE 2014	LEI N. 7.930, 4.10.2017	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 14 DE ABRIL DE 2014	RESQDEB
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	LEI N. 7.952, 17.11.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	DESENMO
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 7.965, 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	LEI N. 7.966, 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	EMPORAR
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	IL DO POD
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7, DE 6.9.2018	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	CORRELAT
	INSTITUI O “CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS” DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.039, 6.9.2018	INSTITUI O “CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS” DO ESTADO DE ALAGOAS	DE ARA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.062, DE 13.7.1990	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE ALAGOAS	MENTRE EN
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, DE 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, DE 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO	LEI N. 8.080, DE 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO	ESCONZA
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.087, DE 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS	AS.
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INTEGRANTES DO CORPO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.103, DE 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INTEGRANTES DO CORPO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	SSOAS M
	DEFINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, DE 6.9.1949	DEFINE O ANO CIVIL	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CÍVIS DA UNIÃO DAS FUNDACÕES DE ALAGOAS	LEI N. 8.112, DE 21.6.2019	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CÍVIS DA UNIÃO DAS FUNDACÕES DE ALAGOAS	FUNDAÇÕ
	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, DE 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	ALTERA O INCISO I DO CAPÍT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE JANEIRO DE 2004	LEI N. 8.126, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPÍT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE JANEIRO DE 2004	DISPÕE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	LEI N. 8.133, DE 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	POSIÇÃO
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	LEI N. 8.135, DE 7.8.2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	PESSOAS
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N. 8.145, DE 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	PROFESSOR
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000	LEI N. 8.146, DE 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000	PROFESSOR
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	LEI N. 8.151, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	DE PM/AG
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	LEI N. 8.159, DE 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	ENDOSOR
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS	LEI N. 8.159, DE 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	LEI N. 8.177, DE 20.1.2004	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	OS DEIME
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	LEI N. 8.178, DE 20.1.2004	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	ROSBBO
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES DE PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	LEI N. 8.184, DE 21.12.2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	OS E MAST
	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO ADVOGADO GERAL DO ESTADO	LEI N. 8.203, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO ADVOGADO GERAL DO ESTADO	DOSEMO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	LEI N. 8.209, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	OSAS DA
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS	LEI N. 8.232, DE 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS	OAS – PP
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO	LEI N. 8.233, DE 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO	ONASIDA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DO CORPO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DO CORP
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.254, DE 10.1.2020	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	S, E DÁ O

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	AKE NEWS
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	E DÁ OUTR
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS F	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS F	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	CADAS PEL
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	EPORZAS
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE	ESTABECI
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO DO	LEI N. 8.299, 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO DO	DA DE EXE
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDOR	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDOR	ARA O AT
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	INTERMUN
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	DEÓBIDE
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OFICIAL D	LEI N. 8.317, 23.9.2020	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OFICIAL D	IAS – PO/A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019 QUE DISPÕE SOB	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019 QUE DISPÕE SOB	DEPONDIA
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	DE ALAGO
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE L	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE L	TERNO LA
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	DESAUS S
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	LEI N. 8.325, 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	GOSTO DE
	VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOI HIMENTO	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOI HIMENTO	DESSOAS
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	DE AMENT
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDRO	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDRO	NA REDE
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	S PROVID

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INST	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES I	
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLI	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVAD	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE D	LEI N. 8.350, DE	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINA	
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GENI	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AEIX	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AEIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO	LEI N. 8.355, 2.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 PARA REDUZIR ALÍQUO	
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 8.356, 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JUNHO DE 2000 PARA D	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAM	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	
	criação da Delegacia Especial dos Crim	LEI N. 8.364, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM A	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM APOSO RECUNÁRIO E O PAGAME	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RE	LEI N. 8.368, 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURI	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	
	INSTITUI A "CAMPANHA AL LINO CONSCIENTE"	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPANHA AL LINO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO EST	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXE	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIM	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLIC	
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNC	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE S	LEI N. 8.385, 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015 QUE INSTITU	
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGI	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGI	
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI	LEI N. 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 19	
	cria o fundo estadual de combate ao c	LEI N. 8.396, 19.3.2021	cria o fundo estadual de combate ao câncer	
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O	LEI N. 8.397, 19.3.2021	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBR	LEI N. 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	RESCOL
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	ADUAL DE
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 - DISPÕE SOBRE O	LEI N. 8.409, 3.5.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 - DISPÕE SOBRE O	ICIAIS MIL
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA COM	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA COM	SISTEMA D
	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	DIVUNICA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	LEI N. 8.437, 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	DÁ OUTRA
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAB	LEI N. 8.461, 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAB	DÁ OUTRA
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	LEI N. 8.463, 30.6.2021	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	MILITAR D
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	IPVA COR
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	LEI N. 8.503, 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	DO DE VA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012 QUE DISCIPLINA	LEI N. 8.506, 27.9.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012 QUE DISCIPLINA	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO F	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO F	À OUTRAS
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	LEI N. 8.519, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	UNIDADE
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JULHO DE 20	LEI N. 8.527, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JULHO DE 20	REUNIA
	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JULHO DE 1998 QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JULHO DE 1998 QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	PRECISUÁ
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	E/GORDIN
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	DE ADECA
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAB	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAB	À OUTRAS
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ES	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ES	DE CARO
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/A	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/A	O DE FICA
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	DE RAÇAR
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	NO DAME

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OBRAS REALIZADAS NO	LEI N. 8.545, DE 10.1.2022	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OBRAS REALIZADAS NO	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	LEI N. 8.546, DE 10.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	
	TRANSFORMA CARGOS DE TIÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR DE SERVIÇOS	LEI N. 8.550, DE 10.1.2022	TRANSFORMA CARGOS DE TIÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR DE SERVIÇOS	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.551, DE 10.1.2022	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21, DE 04 DE ABRIL DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA S RIACHOS	LEI N. 8.552, DE 10.1.2022	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21, DE 04 DE ABRIL DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA S RIACHOS	
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA S RIACHOS	LEI N. 8.553, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA S RIACHOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	LEI N. 8.556, DE 10.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSENCIAIS	LEI N. 8.559, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSENCIAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135, DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NOVA CRIAÇÃO DE	LEI N. 8.560, DE 10.1.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135, DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NOVA CRIAÇÃO DE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPOBACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALHA	LEI N. 8.561, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPOBACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALHA	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.567, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	LEI N. 8.569, DE 10.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	LEI N. 8.570, DE 10.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOELÍTIOS	LEI N. 8.571, DE 10.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOELÍTIOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA TIJININHAS	LEI N. 8.572, DE 10.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA TIJININHAS	
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.573, DE 10.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.574, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO	LEI N. 8.576, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO	
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	LEI N. 8.577, DE 10.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS TIÍZADOS ESPECIAIS	LEI N. 8.580, DE 10.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS TIÍZADOS ESPECIAIS	
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	LEI N. 8.581, DE 10.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	
	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO	LEI N. 8.582, DE 10.1.2022	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO	
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS TIJININHAS DE ALAGOAS - LQAL COMO PA	LEI N. 8.583, DE 10.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS TIJININHAS DE ALAGOAS - LQAL COMO PA	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	LEI N. 8.584, DE 10.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 10 DE ABRIL DE 2022	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	LEI N. 8.585, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	LEI N. 8.588, DE 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE	LEI N. 8.589, 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	LEI N. 8.591, 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (C	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (C	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (C
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX
	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	LEI N. 8.605, 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA EIN	LEI N. 8.609, 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA EIN	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA EIN
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.627, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE S	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE S	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE S
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI N. 8.639, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU QUALIFICACÃO PARA OS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS	LEI N. 8.641, 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.643, 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO	LEI N. 8.645, 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SO	
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 D	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO	LEI N. 8.651, 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015 NO TOCANTE A N	
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ES	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO COMO	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRISOS	
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTR	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚB	
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERAR	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.158	LEI N. 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.158 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE N	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE J	LEI N. 8.677, 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992 QUE DISPÕE SO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATA	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA D	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JO	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNO	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	DISPÕE SOBRE O PACAMENTO DE ADEQUA	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PACAMENTO DE ADEQUAÇÃO DE MONITORAMENTO ELETR	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESS	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLI	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUA	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATA	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRR	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGIT	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA E	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	
	INSTITUI A “SEMANA ESTADUAL DE EDUCACÃ	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A “SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DETECÇÃO PRECOCE E INÍC	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE D	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃ	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULACÃ	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTIT	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUA	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.706, DE 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	LEI N. 8.738, DE 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	SITO DAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE	LEI N. 8.741, DE 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE	DO PROGR
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	LEI N. 8.752, DE 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	LEI N. 8.754, DE 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	DO SISTR
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRIULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	LEI N. 8.773, DE 11.11.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRIULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE 11.11.2022	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	LEI N. 8.783, DE 11.11.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	PARA SE PUN
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI	LEI N. 8.784, DE 11.11.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI	ÇA ALAGO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	LEI N. 8.785, DE 11.11.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	IDADE DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	LEI N. 8.787, DE 11.11.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	DANTES D
	DENOMINA RODOVIA DE DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	LEI N. 8.788, DE 11.11.2022	DENOMINA RODOVIA DE DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	EMERSON
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	LEI N. 8.789, DE 11.11.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	ERVAÇOS
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	LEI N. 8.808, DE 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	DAIS DE A
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTO TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	LEI N. 8.810, DE 20.1.2023	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTO TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	OS DO EST
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	LEI N. 8.829, DE 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	DE OUBRO
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PO	LEI N. 8.838, DE 4.4.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PO	ÊNCIA - C
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, O	LEI N. 8.867, DE 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, O	OUVIDORI
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	LEI N. 8.868, DE 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	A FORMA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	LEI N. 8.884, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	OS DA S
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	LEI N. 8.885, DE 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	FAÇÃO E
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	LEI N. 8.906, DE 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTI	LEI N. 8.939, DE 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTI	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENECIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.947, DE 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENECIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRA
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 20	LEI N. 8.960, DE 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 20	BAIS COR
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DOS IM	LEI N. 8.967, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DOS IM	ROÇAS OF

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUIT	LEI N. 8.968, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPIA	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOTE UM	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOTE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAG	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE ME	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO	LEI N. 8.972, 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAG	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE	LEI N. 8.973, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA	LEI N. 8.974, 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRI	LEI N. 8.976, 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CA	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINIS	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMP	LEI N. 8.988, 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE D	LEI N. 8.991, 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUC	LEI N. 8.992, 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS, I	
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAG	LEI N. 9.028, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE S	LEI N. 9.047, 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	
	EXPEDICÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDICÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTAD	LEI N. 9.056, 8.11.2023	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, NOS TERMOS DOS §§ 1º E	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULAD	LEI N. 9.057, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPU	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SO	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CAR	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ES	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 53	LEI N. 9.090, DE	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 8 DE MAIO DE 1992 PAR	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESA	LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	DE AQUERD
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E C	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	DE AQUERD
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZ	LEI N. 9.155, 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 QUE INSTITUI	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIB	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAC	LEI N. 9.171, 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PRO	DE AQUERD
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS	LEI N. 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	DE AQUERD
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JAN	LEI N. 9.173, 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 QUE "INSTITUI	DE AQUERD
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	DE AQUERD
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE ME	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL POLÍCIA MILITAR	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVER	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADM	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A POL ÍTICA DE GESTÃO DOCU	LEI N. 9.278, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A POL ÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	DE AQUERD
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFER	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	DE AQUERD
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEF	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEI	DE AQUERD
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMB	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A T	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINACÃO	DE AQUERD
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACION	LEI N. 9.394, 11.5.2018	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA	LEI N. 9.428, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	DE AQUERD
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.441, 11.5.2018	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	DE AQUERD
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PRO	LEI N. 9.450, 11.5.2018	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	DE AQUERD
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ES	LEI N. 9.454, 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE AQUERD
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR	LEI N. 9.455, 3.1.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	DE AQUERD
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PE	LEI N. 9.470, 3.1.2025	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	DE AQUERD
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENER	LEI N. 9.472, 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL, E DÁ OI	DE AQUERD

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATER	LEI N. 9.473, 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	
	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAC	LEI N. 9.474, 22.7.1997	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE 14	LEI N. 9.475, DE	O ART. 11 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 de 20 DE 14	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADOR	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	
	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE	LEI N. 9.479, DE	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E ELINCIIONAMENTO DE	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECI	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLI	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO	LEI N. 9.499, 1.4.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITORIA E DO ESCRITO	
	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO	LEI N. 9.500, 1.4.2025	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA PE	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES -	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO	LEI N. 9.509, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHER	
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPAC	LEI N. 9.510, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO	LEI N. 9.511, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "C	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABE	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR	LEI N. 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT	
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚN	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEEINIÇÃO	
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO D	LEI N. 9.519, 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 APLICA-SE A ALÍQUOTA	
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MIL	LEI N. 9.521, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FOR	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUB	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RE	
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBL	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1997	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES P	
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TI	LEI N. 9.594, 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	
	CRIA O CADASTRO DE CONDENADOS POR ES	LEI N. 9.599, 18.7.2025	CRIA O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTIPIO E O CADASTRO DE CON	
	CRIMES AMBIENTAIS	LEI N. 9.605, 12.2.1998	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CO	
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBAT	LEI N. 9.612, 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE	
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMU	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZA	LEI N. 9.613, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDID	
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DE	LEI N. 9.622, 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMA	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 9.623, 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS – B	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE S	LEI N. 9.682, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTAI	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE S	LEI N. 9.690, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBES	LEI N. 9.696, DE	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INEANTIL EM ESCOLAS P	
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO	LEI N. 9.7033, 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO D	LEI N. 9.711, DE	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV	
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA	LEI N. 9.714, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ES	LEI N. 9.715, 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADO	
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.716, DE	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO D	LEI N. 9.720, 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA	
	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMINI	LEI N. 9.722, DE	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CUIF	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI N. 9.723, DE	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA	
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA	LEI N. 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MUL	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º E PARÁGRAFO	LEI N. 9.743, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI ESTA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA CO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍPIR” DE COMBATE A INTUIRIA RACIAL E A	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍPIR” DE COMBATE A INTUIRIA RACIAL E A	ADOCÇÃO DE MEDICAMENTOS
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.786, DE 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO DE	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO DE	ORGULHO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE	ORGULHO
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVI	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVI	ORGULHO
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE	LEI Nº 13.767	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT - APRO	ORGULHO
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667 DE 2 DE JULHO DE 1969 PARA EX	ORGULHO
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994	ALTERA A LEI Nº 9.099, 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRE	ORGULHO
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	ORGULHO
	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS COM APLICAÇÃO ENQUANTO PERDURAR A	LEI Nº 14.147	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS COM APLICAÇÃO ENQUANTO PERDURAR A	ORGULHO
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO	LEI Nº 14.149	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	LEI Nº 6.268	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	ORGULHO
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FOLIOTERAPIA DE ALAGOAS	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FOLIOTERAPIA DE ALAGOAS	ORGULHO
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	ORGULHO
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007 QUE DEFINE AS ÁREAS	LEI Nº 6.952	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007 QUE DEFINE AS ÁREAS	ORGULHO
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CONSUMO	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGAMENTO	LEI Nº 8.406	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGAMENTO	ORGULHO
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE	LEI Nº 8.407	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE	ORGULHO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRG	LEI Nº 8 413	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	ROA INDE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI Nº 8 419	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	INDICÓE
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IM	LEI Nº 8 427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	DE NOTIC
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8 467	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDI	FEIÇÃO S
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DE	LEI Nº 8 481	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971 QUE DISPÕE	ECUSTAS
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA CO	LEI Nº 8 537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES TUTOR	ÉCONOSCI
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES P	LEI Nº 9 095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	O DA ADM
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE M	LEI Nº 9 381	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 QUE DISPÕE SOBE	SPADOMIS
	criação do Departamento Estadual de	LEI Nº 9 390	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	OIAS RES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE S	LEI Nº 9 392	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	OSCA SDC
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE E	LEI Nº 9 433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓEIL OS NO ESTADO DE ALAÇ	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAM	LEI Nº 9 438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	DUÇÃO DI
	cria o selo tolerância zero com asséd	LEI Nº 9 603	cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estab	MPLICAÇ
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA	LEI Nº 9 619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI Nº 9 817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PAT	S CRIANÇ
	ALTERA A LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 19	LEI Nº 9 962	ALTERA A LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 1991 PARA ASSEGURAR À SERVIT	ÊNCIA DO
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONDITAS	NTES PÚBL
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO	MANUAL DE	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	10.375 - C
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSO	MANUAL	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL D	MANUAL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂM	ÇÃO PÚBL
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES EFORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	TRANSCRICÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI ES	19 DE MAI
	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	NP Nº 133846	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PÚBL	MINIMIENT
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE D	NP Nº 313901	TRANSCRICÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	DADE DO
	TRANSCRICÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRICÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	O UNIFOR
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFO	NP Nº 423884	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	DECRETO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	
	APROVA O VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MIL	PORTARIA Nº 6	APROVA O VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	
	PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019 QUE DISPÕE SO	
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOIHEADORAS	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRET	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA	
	DISPÕE SOBRE OS OBJETIVOS ESTRUTURA E	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	DISPÕE SOBRE OS OBJETIVOS ESTRUTURA E APLICAÇÃO DA RESOLUIA PEE	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUM	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIEICAÇÃO ELINC	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIO	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO	PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARCO DE 2019	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉ	
	PORTARIA CONJUNTA SEEA7/SEPLAG/ALAGO	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	PORTARIA CONJUNTA SEEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA COMISSÃO IN	
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUN	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA C	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO D	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEEF	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REG	
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTE	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS AL	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTAD	
	MANUAL DE INSPECÇÕES REVISTAS E DESEI	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C 22-6 - INSPECÇÕES REVISTAS E DESEI	
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS BA	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS BARES RESTAURANTES E SIMILAR	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGI	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO D	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO	PORTARIA Nº 20 DE 03.08.2022	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTEI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	DE OBRIGATO
	TRANSCRICÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	TRANSCRICÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	O BANCÁRI
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	8100500
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	MANUAL DE ORDEM UNIDA	RAS PROV
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	AD00500
	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	AB05000
	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	ALA
	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES	UPERIOR
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE REMOTA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE REMOTA	ANTO DUR
	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS EÚNEB	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS EÚNEB	
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020	IS POR AU
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	RAS, ARMA
	PORTARIA Nº 480 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 480 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	ED05000
	PORTARIA Nº 481 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 481 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE05000
	PORTARIA Nº 482 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 482 - DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE05000
	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAS	OLO
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE REMOTA	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE REMOTA	JANTO DU
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRAS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRAS	
	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE HONRAS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	VADE-MÉCLIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE HONRAS	
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS ÓRGÃOS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS ÓRGÃOS	ÇA PÚBLI
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS - HONRAS - SINAIS DE RESPEITO	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS - HONRAS - SINAIS DE RESPEITO	TAR DAS
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALI
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 - DE 10 DE ABRIL DE 2009 QUE APROVA O REGULAMENTO	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 - DE 10 DE ABRIL DE 2009 QUE APROVA O REGULAMENTO	NÊNCIAS,
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024, E ESTABELECE	PORTARIA Nº 100 - INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024, E ESTABELECE	SOBREPÓ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA	PORTARIA SE	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESSO	RESSO NO
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO	PORTARIA SE	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO D	GASTOS DE
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09 2022	RECOMENDA	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09 2022 00000794-2 - RECOMENDACÃO M	DIENEMIL
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09 2026	RECOMENDA	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO	ROQUE TOR
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EST	RECOMENDA	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTICA DA CAPITAL	QUANTO A
	RECOMENDACÕES PARA ELABORAÇÃO DA LI	RECOMENDA	RECOMENDACÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINACÃO DE DO	PROFESSOR
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCED	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	DE PESSOAS
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANT	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	BAIXE A
	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMLIDH - DESIGN	SADOS SON
	DISPÕE SOBRE RECOMENDACÕES QUANTO À	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE RECOMENDACÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE FEETIV	DES/2020,
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	ANEXO SI
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COM	RESOLUÇÃO	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECI	D.
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2020 E DÁ C
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HOR	INDUTAS I
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	Nº 23.669,
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE EISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	DE VOTAÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE O	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOB	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO.TSE Nº 23.673 DE 14 D	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO.TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	ELEIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 D	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	ELEIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DI	ELEIÇÕES
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	2024.
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2024.
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.677/TSE, DE 16 D	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.677/TSE, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DI	SAS ELEIT
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.677/TSE, DE 16 D	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.677/TSE, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CARÁTER ELEITORAL E	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CARÁTER ELEITORAL E	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CARÁTER ELEITORAL E
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.395/TSE DE 03 DE SETEMBRO DE 2019, QUE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.395/TSE DE 03 DE SETEMBRO DE 2019, QUE	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.395/TSE DE 03 DE SETEMBRO DE 2019, QUE
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CARÁTER ELEITORAL E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CARÁTER ELEITORAL E	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CARÁTER ELEITORAL E
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026, QUE DISPÕE SOBRE OS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026, QUE DISPÕE SOBRE OS	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026, QUE DISPÕE SOBRE OS
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021, QUE DISPÕE SOBRE OS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021, QUE DISPÕE SOBRE OS	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021, QUE DISPÕE SOBRE OS
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02.03.2026, QUE ESTABELECE O	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02.03.2026, QUE ESTABELECE O	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02.03.2026, QUE ESTABELECE O
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 E SETEMBRO DE 2019, INSTITUÍDA A	RESOLUÇÃO	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 E SETEMBRO DE 2019, INSTITUÍDA A	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 E SETEMBRO DE 2019, INSTITUÍDA A

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo

PROJETO NACIONAL DE CÂMERAS CORPORATIVAS TERMO DE ADESÃO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SE